

Alcance educativo das iniciativas locais de economia solidária no contexto de (des)colonialidade

Education outreach of local solidarity economy initiatives in the context of de(coloniality)

Telmo Adams¹

telmoa@unisinos.br

Resumo. Frente à crise do modo de produção capitalista, não desvinculado de heranças históricas nefastas da colonização e da colonialidade que hoje persistem, tende a universalizar-se o polo marginal da economia que amplia as contradições nas sociedades latino-americanas. Os setores da classe trabalhadora já excluídos ou em processo de exclusão são levados à submissão às formas perversas de exploração, seja assumindo estratégias de sobrevivência dentro da mesma lógica e mecanismos capitalistas, ou (re)criando práticas de reciprocidade ou de trabalho associado/cooperativado, sem contudo conseguir romper com os mecanismos da lógica capitalista. Problematiza-se a questão na perspectiva da (des)colonialidade com autores como Dussel, Quijano, Mignolo, Santos e outros. Neste contexto, analisam-se as experiências de economia solidária que se multiplicam como formas de resistência, de (re)invenção de outro paradigma de desenvolvimento, outro modo de vida individual e social onde se destaca a busca dos princípios educativos e de organização do trabalho autogestionário. Conclui-se que, apesar de sua fragilidade, articuladas com uma gama de movimentos sociais emancipadores, essas experiências podem contribuir para retomar um projeto integral de vida em sociedade, fortalecendo a utopia de uma sociedade radicalmente democrática e participativa, libertada da colonialidade.

Palavras-chave: economia solidária, trabalho autogestionário, colonialidade, emancipação.

Abstract. The marginal pole of the economy, which amplifies the contradictions in Latin American societies, tends to be universalized when faced with the crisis in the capitalist production system, which is not disconnected from the fatal historic heritage of colonization and coloniality persisting even today. The workers' sectors that are already excluded or in the process of exclusion are subject to perverse forms of exploitation, and they either adopt survival strategies inside the same capitalist logic and mechanisms or by (re)create practices of reciprocity or associate/cooperative work, without, however, being able to break with capitalist mechanisms. These issues are problematized in the light of the perspective of (de)coloniality through a discussion of authors such as Dussel, Quijano, Mignolo, Santos and others. In this context the article analyzes the experiments of solidarity economy as forms of resistance, (re)invention of a new paradigm for development, a different individual and social lifestyle which aims at self-managed educational principles and work organization. It concludes that, in spite of their vulnerability, when articulated with emancipatory social movements, these experiments can contribute to the recovery of an integral project of life in society, strengthening the utopia of a radically democratic and participative society, free from coloniality.

Key words: solidarity economy, self-managed work, coloniality, emancipation.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

Contextualização histórica da colonialidade do poder e desafios para uma outra emancipação

A economia solidária, pelo menos na sua estruturação formal, não parte do modelo de cooperação dos povos originários de América Latina e Caribe; nem das experiências comunitárias dos afrodescendentes. Os empreendimentos solidários, em sua maioria, incorporam o modelo do cooperativismo europeu, o que me leva a concluir que o movimento de economia solidária constitui-se parte de herança eurocêntrica. Ou seja, trata-se de um campo contraditório que participa da luta pela descolonialidade.

A racionalidade científica oriunda da modernidade europeia caracteriza-se como um modelo totalitário contraditório na medida em que, ao lado dos aspectos libertários, limitou o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautassem pelos seus princípios epistemológicos ou regras metodológicas. O método científico dominante assumiu como pressuposto a ideia da ordem e estabilidade do mundo e avançou para a absolutização da razão, resultando, potencialmente, em versões de um determinismo mecanicista. Imbuída de valores contraditórios da modernidade, a razão instrumental caracteriza-se pelo conhecimento utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominar e interferir na materialidade da vida e das coisas. A mesma modernidade carregada de valores de emancipação significou, para nossos países, um construto colonial genocida que marcou definitivamente a formação econômica, social e espacial² do nosso continente. A monocultura do conhecimento científico consumado pela passagem da opressão religiosa do mundo sagrado do Cristianismo (séc. XVI e XVII) – totalitarismo teológico – deu lugar à opressão epistêmica do mundo secularizado da ciência (posterior ao séc. XVIII) – totalitarismo epistêmico (Mignolo, 2004, 2010).

Em síntese, a lógica instrumental da modernidade eurocêntrica, que se autorreferenciou como cultura superior, motivou os processos de conquista e colonização do sul do mundo, impondo sua forma de pensar, de viver e de organizar-se como a única possível. De acordo com Quijano (2005, p. 239),

se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as ideias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas.

Para o autor, as culturas existentes anteriormente ao período chamado moderno, como as maias, astecas e incas, cultivaram igualmente muitos desses aspectos. Contudo, as culturas não europeias foram caracterizadas pelo modelo colonial como mítico-mágicas em oposição àquelas que seriam as detentoras da racionalidade e das ciências.

Nesse sentido, o conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório, tendo nascido e se expandido no contexto do eurocentrismo como um modo concreto de produzir conhecimento, que se tornou mundialmente hegemônico durante o domínio da Europa burguesa (Quijano, 2005; Lander, 2005). A emancipação como valor central da modernidade vem atrelada à dominação colonial. E, na América Latina, a dimensão emancipadora da modernidade foi sufocada na medida em que “a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais” (Quijano, 2005, p. 269).

Com o processo das independências dos países latino-americanos e caribenhos, o colonialismo perpetua-se na forma de colonialidade do poder, caracterizada por uma complexa herança de matriz colonial que envolve o controle da economia, da autoridade e da natureza com seus recursos, o gênero e a sexualidade, a subjetividade e o conhecimento (Mignolo, 2010). Esse controle exercido a partir dos poderes dominantes oprime as maiores não contempladas nos modelos econômicos erigidos sobre as bases da face oculta da modernidade eurocêntrica, na qual a América Latina entra como “outra face”: dominada, explorada, encoberta (Dussel, 2005). Nesse mundo periférico, essencial àquela modernidade, o resultado é “o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas” (Dussel, 2005,

² Milton Santos (2008) insiste na importância de agregar à compreensão marxista de “formação econômica social” o “espaço”, visto que este é sempre conjuntura histórica e forma social capaz de produzir efeitos sobre outros domínios conjunturais e estruturais das sociedades.

p. 65). Ao mesmo tempo, o conceito racional de emancipação embutido desenvolve “um mito irracional, uma justificação da violência genocida” (Mignolo, 2010, p. 18). Nessa construção histórica, “a colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno” (Quijano, 2005, p. 267).

Na contracorrente da colonialidade, entretanto, sempre existiram movimentos sociais com propostas alternativas de luta (Puiggrós, 2010) para enfrentar as heranças históricas das dominações imperiais e a subserviência epistêmica.

Neste contexto, uma leitura crítica como “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2010) exige o reconhecimento da matriz colonial totalitária que separou a esfera econômica das demais, como a social, política, cultural, religiosa, epistemológica e científica. Exige compreender que o espaço social é dialeticamente constituído pelas determinações desta herança histórica, enquanto objetividade historicamente estruturada, ao mesmo tempo em que este espaço está em constante transformação pela sociedade em movimento. Destaco aqui a intrínseca relação entre espaço e totalidade onde a formação social, como parte do modo de produção, “depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço” (Santos, 2008, p. 32). Nessa perspectiva, o espaço social do colonialismo de vários séculos imprimiu modos de ser profundamente arraigados em estruturas mentais, sociais e institucionais que configuram a colonialidade, acompanhando a dinâmica material e imaterial do modo de produção.

A descolonialidade significa “um conjunto de processos ética e epistemologicamente orientados, politicamente motivados e economicamente necessários [...]” (Mignolo, 2010, p. 31), como um movimento dinâmico cujo ritmo de mudança depende da articulação e de estratégias das forças de mudança sociais, culturais, políticas, econômicas, epistemológicas.

Descolonialidade: libertação ou emancipação?

A emancipação inspirada na modernidade eurocêntrica reduziu-se a uma conotação política. Os movimentos de descolonialidade postulam uma emancipação descolonializante que Dussel (2005) preferiu chamar de “liberación”. “A ideia de libertação, então, nos processos políticos se mesclou com os processos

de libertação epistêmicos” (Mignolo, 2010, p. 20). Este inclui a descolonização filosófica, epistemológica e pedagógica em cujo processo se destacaram personagens do século XVIII ao XX, como Simón Rodríguez, José Martí, José Mariátegui, Franz Tamayo, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Maria Lacerda de Moura, Nízia Floresta, Gabriela Mistral, Orlando Fals Borda, Paulo Freire e tantos outros (Streck, 2010). A contribuição desses educadores pode ser reconhecida por uma outra emancipação. Frantz Fanon (1979), por exemplo, levantou a bandeira dos “condenados da terra” afirmando que não se trata de descolonizar o colonizado, senão também (e fundamentalmente) o colonizador, como condição para libertar-se da matriz colonial. Aimé Césaire (2010, p. 106) defende uma atitude proativa, um despertar de dignidade, uma rejeição da opressão, uma luta contra a desigualdade e “uma revolta contra o reducionismo europeu”.

Com ênfase libertadora, desde o “rostro” latino-americano e contexto de descolonialidade, ao utilizar o termo emancipação, assume-se um processo permanente e processual de libertação em que a desobediência epistêmica conduz à superação do paradigma eurocêntrico presente, tanto na visão liberal quanto na marxista. Propõe-se, em síntese, reconfigurar, ressignificar o conceito tradicional de emancipação para que assumira seu significado de libertação/descolonização.

Enrique Dussel (2005) insiste que, para fazer a crítica ao eurocentrismo, é necessário partir daqueles que foram “declarados” inferiores, incapazes pela lógica dominante, propondo a descolonização do conhecimento desde a “periferia”. Fals Borda (1972) e Paulo Freire (1978) contribuem na formulação de um paradigma capaz de inverter a questão: a emancipação ou a libertação para todos (Boff, 2012) não se daria mais pela elite dominante, mas sim, pela força transformadora dos oprimidos que são portadores de outro modelo de sociedade. Juntamente com outras forças, como a filosofia da libertação, a sociologia crítica, a teologia da libertação e os movimentos sociais populares, as organizações contra-hegemônicas multiplicaram-se pela América Latina e Caribe. Fals Borda (1972, 1976) defende uma luta comum a favor de sociedades libertadas da opressão, propondo a subversão moral, a crítica ao colonialismo intelectual, sustentando a possibilidade de uma ciência popular, distinta da hegemônica. Assumindo o princípio da não neutralidade, justifica que

se há uma ciência que serve aos interesses das classes dominantes, por que não poderia haver uma ciência para contrapor-se a ela? (Fals Borda e Mora-Osejo, 2004).

A racionalidade hegemônica propõe a imaginação epistemológica para trazer das “margens” (Torres, 2006) para o centro as experiências “ausentadas” ou “desperdiçadas” (Santos, 2004). São experiências emergentes e expressões de um sujeito social que contém potencialidades teóricas, capaz de constituir um lugar epistemológico que avalia criticamente as correntes ideológicas do norte (Argumedo, 2004). Essa intencionalidade sugere a “imaginação epistemológica” e a “imaginação democrática” para além do instituído, formalizado. Entre as experiências “ausentadas”, destaque, neste estudo, as relacionadas ao movimento da economia social e economia solidária.

O surgimento da economia solidária: contexto e proposta

A lógica do progresso ilimitado está na essência do modelo capitalista que, desde a década de 1970, desencadeou um processo de reestruturação de alcance mundial, dando uma nova cara e novo ritmo à globalização dos mercados. A revolução na área das tecnologias e da comunicação e as profundas mudanças culturais repercutem em todas as dimensões da vida. O mundo do trabalho sofreu e sofre crescentes alterações em decorrência do domínio de grandes corporações internacionais do capital financeiro especulativo (Novaes, 2011). E, é claro, nesta economia sem referência ética, o lugar dos trabalhadores tende a ser o da exclusão. É um sistema pensado para poucos – bem poucos – enquanto a maioria da população não está nele contemplada.

Com a queda do modelo socialista da ex-União Soviética e da Alemanha Oriental, o fracasso social do capitalismo se escondeu, pois passou a ser considerado o único sistema viável no mundo. Decretou a monocultura do “pensamento único”. Contudo, frente aos seus resultados perversos na área produtiva e social, para não deixar morrer as utopias de um mundo com justiça social, os movimentos de resistência buscaram encontrar novas estratégias para reconstruir propostas radicalmente emancipadoras. Algumas destas eram alinhadas aos preceitos do socialismo tradicional e outras evidenciavam a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser.

A organização ou reinvenção da economia solidária no Brasil e América Latina ocorreu no contexto da reestruturação produtiva do capital que resultou em profundas mudanças no mundo do trabalho. O termo reinvenção, ou reemergência, e não invenção (Singer, 2002), está a indicar que sempre houve formas econômicas baseadas no princípio da solidariedade e reciprocidade no decorrer da história. Referimo-nos à experiência dos povos originários da nossa América, como as formas de resistência dos afrodescendentes, entre elas as comunidades quilombolas ainda remanescentes no Brasil (Adams, 2010), ou então, o cooperativismo institucionalizado que surgiu na Europa no século XIX e para cá foi trazido com os migrantes alemães e italianos, agora em processo de ressignificação pela economia solidária.

De acordo com Fals Borda (1972), o cooperativismo de estilo europeu teve mais êxito no sul do Brasil e na Argentina, onde os próprios imigrantes foram os transplantadores. Como parte da cultura dos migrantes europeus, o cooperativismo teve pouco êxito junto aos povos originários e afrodescendentes. Desta forma, o sistema cooperativista na América Latina constituiu-se como um tipo de colonialismo cultural que não foi incorporado pelas culturas ameríndias e africanas, que continuavam com suas práticas tradicionais de reciprocidade e cooperação (Fals Borda, 1972). Nesse sentido, a economia solidária ressurgiu, desde os anos 1980, com a intenção de recriar o cooperativismo que, em grande parte, como no Brasil, estava integrado à economia capitalista, ora com alguma resistência à mesma, ora estimulado pelo Estado como resposta compensatória, sem perspectiva de superar a subalternidade perante a lógica dominante (Adams, 2010). Desde a perspectiva dos ideais de transformação, o cooperativismo popular tem sido reconhecido, sobretudo no ambiente da economia solidária, como instrumento capaz de alimentar a alternatividade utópica, seja como forma de organização no socialismo, seja como modelo distinto a ser recriado.

Por esta análise, no âmbito da economia solidária, o cooperativismo apresenta-se ambivalente e contraditório. Ao mesmo tempo em que se coloca como uma organização anticapitalista na perspectiva da autogestão dos trabalhadores, muitas vezes, tem-se restringido a um instrumento de inclusão social, de expansão de políticas compensatórias, em última análise, serviçal à reestruturação do mercado capitalista (Tavares, 2004).

No caso brasileiro, a proposta de recriação do cooperativismo, de caráter autogestionário, como resistência frente à degradação social e ambiental do desenvolvimento capitalista, tem-se constituído um instrumento de organização de trabalhadores e trabalhadores na luta por trabalho com vida digna. A reapropriação do controle do seu trabalho significa para os mesmos a possibilidade de retomar seu processo de emancipação.

Dentro das tendências das metamorfoses do mundo do trabalho, desde análises marxistas mais ortodoxas (Antunes, 2009), a organização do trabalho cooperativo não tem sido vista como um dos possíveis caminhos de organização? As organizações sindicais, até o final dos anos 1980, reconheciam nos empreendimentos econômicos solidários uma mera forma de mitigar problemas locais, sem capacidade de interferência nas estruturas e na lógica da colonialidade; isto é, não contribuiriam para a transformação social. Essa posição passou a mudar gradativamente a partir dos anos 1990 com a generalização do desemprego estrutural nos países da América Latina (Tiriba, 2001), quando os sindicatos, em vez de lutar por melhores salários e condições de trabalho, obrigaram-se a negociar com os empresários a manutenção de postos de trabalho em quaisquer condições. A partir de então, iniciaram o apoio à economia solidária como instrumento de superação do desemprego e de luta pela transformação social.

No contexto socioeconômico, frente à crise do modo de produção capitalista, tende a universalizar-se o 'polo marginal da economia', ou da chamada informalidade na qual as drásticas transformações mundiais levam os trabalhadores e trabalhadoras a tipos de situações como: a) submissão a formas pré-históricas de exploração, nas condições resultantes das tendências e necessidades atuais do capitalismo; b) assumir estratégias de sobrevivência dentro da mesma lógica e mecanismos capitalistas, como reivindicação de emprego; c) prática da reciprocidade ou do trabalho associado em novas condições, mas sem autonomia em relação aos instrumentos e mecanismos da lógica capitalista (Quijano, 2002).

As experiências de economia solidária multiplicam-se como uma das formas de resistência, de (re)criação de uma "outra economia" com potencial transformador no sentido de viabilizar outro modo de vida em sociedade (Arruda, 2003). Embora a metade da população economicamente ativa brasilei-

ra esteja na economia não formal (Kraychete e Carvalho, 2012), cerca de dois milhões de trabalhadores ligados à economia solidária no Brasil ainda não são reconhecidos como importantes por órgãos governamentais, pois representam significativamente pouco no percentual do produto interno bruto nacional. Estes trabalhadores integram um conjunto de experiências "desperdiçadas" (Santos, 2004) pela visão hegemônica e insignificante para os burocratas da alta administração do Estado.

Alcance educativo das experiências de economia solidária e sua contribuição na construção descolonial

Essas experiências, em que pesem as ambiguidades, vêm carregadas de ricos elementos e sentidos de esperança de vida, além do saldo educativo para seus participantes. Se articulados com movimento social mais amplo, podem contribuir, objetiva e simbolicamente, para reverter a lógica de mercadorização e mercantilização de tudo o que existe. Concretamente, dentro de vários caminhos e possíveis alternativas buscam viver experiências locais e propor projetos de vida em sociedade na perspectiva da descolonialidade a partir de eixos como: trabalho associado, participação e educação popular.

No primeiro eixo, destaca-se o trabalho como espaço de produção e reprodução da vida dentro de uma nova cultura, constituindo-se matriz do processo educativo com base na experimentação autogestionária (Nascimento, 2011). Esse eixo articula-se reciprocamente com o da participação e da educação, sendo que cada um deles pode constituir mediações concomitantes e interativas. Ou seja, o trabalho como princípio educativo potencializa-se pela participação; e essa dimensão educativa alimenta o ciclo do processo de fortalecimento do ambiente de autogestão. Nessa dinâmica, a autonomia solidária e a corresponsabilidade constituem a riqueza e a superioridade da organização em relação à heterogestão das práticas capitalistas.

Os empreendimentos de economia solidária, apesar da fragilidade e das contradições inerentes a eles, pretendem cultivar um espaço de trabalho no qual se destacam a cooperação, a corresponsabilidade, a autogestão. Em síntese, o trabalho emancipado na economia solidária propõe-se a um

novo sentido do trabalho que tem como horizonte a constituição de uma nova sociedade, na qual o trabalhador supere sua condição de mercadoria, resgate o direito de ser proprietário coletivo dos meios de vida, consiga superar a desvinculação entre si e seu produto, controlando o ritmo e o tempo de trabalho (Tiriba, 2001, p. 90).

Esse novo sentido do trabalho abrange também remuneração digna para as pessoas em idade de trabalhar. Tais experiências inspiram-se em outros modos de compreensão da vida e em outro padrão tecnológico com a utilização e geração de tecnologias sociais.

Com base nesta análise, há indícios de que a economia solidária é uma das tendências de organização dos trabalhadores decorrente das metamorfoses do trabalho. No entanto, é preciso lembrar que se trata de uma organização que vai na contracorrente das relações capitalistas hoje hegemônicas e cujas características, entre outras, são: a flexibilização da legislação trabalhista, a terceirização e precarização do emprego, o estímulo ao trabalho “por conta própria” em que o trabalhador é o único responsável pelo seu sucesso ou insucesso. Diversos estudos têm apontado que o fenômeno da informalidade, no capitalismo contemporâneo, tende a consolidar-se como uma forma dominante de trabalho precarizado na produção e reprodução do capital (Tavares, 2004). Preocupa o fato de que muitos empreendimentos de economia solidária encontram-se na lógica desse modo terceirizado de prestação de serviços para empresas capitalistas ou instituições públicas que intencionalmente reduzem custos. Como fica a autonomia destes empreendimentos que acabam se sujeitando às regras dadas pelos contratantes? Ao contratar cooperativas para prestarem serviços de forma terceirizada, a empresa privada, ou mesmo órgão público, transfere os riscos da atividade para os prestadores de serviços. O contratante desses empreendimentos de economia solidária apropria-se do resultado do trabalho gerado pelos associados, barateando seus custos e aumentando seus lucros. É o caso de cooperativas que prestam serviços para indústrias; ou das cooperativas de catadores/recicladores de materiais recicláveis, que são contratadas por prefeituras sem a devida contrapartida pela prestação desse serviço público prestado. Nessas práticas, encontra-se uma contradição importante. A matriz de dominação e exploração tende a se perpetuar na forma de colonialidade, mesmo dentro de organizações que se dizem emancipadoras.

É necessário, portanto, não perder o senso crítico e fortalecer o processo educativo para que os empreendimentos solidários compreendam que não estão isentos de reproduzir as formas precarizadas de trabalho quando, em última análise, em muitos casos, o trabalho associado permanece como um processo marginal, adaptado e dependente do modo de produção capitalista dominante. Além disso, a extrema dependência da cooperativa em relação às normas e condições que ela assume como contratada, agrava-se pela necessidade de ajustamento e submissão da produção às regras do mercado consumidor capitalista (Adams, 2010).

Considerações finais

Quais são, frente à problematização construída neste artigo, as perspectivas da economia popular solidária? Vale ressaltar que as limitações na autonomia da economia solidária frente ao contexto dominante não negam os significados reais destas experiências para seus participantes. Entre outros, podemos citar sua contribuição na geração de renda pelo trabalho associado, os ganhos educativos e contribuição para outra cultura, recuperando a esperança e as utopias de transformação social. As cooperativas, por meio da prática autogestionária, podem contribuir para a desmercantilização da força de trabalho, mesmo que isso não gere automaticamente mudanças ao nível estrutural. Todavia, a mudança estrutural não acontecerá sem uma nova concepção e forma de organização do trabalho que se (re)constrói na prática e na reflexão (práxis). A construção de uma cultura do trabalho associado se dá de forma dialética em meio às contradições através da mediação entre a antiga forma e o novo modo de produzir. De acordo com Novaes (2011, p. 162), “as cooperativas de resistência são ‘anfíbios embrionários’ que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual estão inseridos”.

A economia solidária enquanto proposta, mas também como prática que já se concretiza, carrega uma potencialidade de emancipação, especialmente para a população do continente não contemplada no mercado da economia capitalista. Embora as práticas aconteçam localizadamente, na forma de resistência ao modo de produção vigente, elas podem constituir-se em embrião de um caminho de transformação social e, juntamente com outros movimentos sociais, articular um projeto societário de

superação do capitalismo. Mas é importante frisar que o espaço social historicamente construído exerce fortes determinações sobre todas as formas contra-hegemônicas de resistência e luta para construir esse “outro mundo possível”. Contudo, como afirma Freire (2000, p. 113): “A História é tempo de possibilidade e não de determinismo”.

Nesse sentido, a contribuição educativa e política dos empreendimentos não se restringe a viabilizar postos de trabalho e gerar alguma renda por meio dessas iniciativas inseridas no mercado capitalista. Para concretizar esta finalidade educativa é necessário priorizar uma formação política e técnica voltada para a viabilidade econômica e a sustentabilidade socioambiental. A economia solidária como espaço de educação popular agrega a dimensão econômica à metodologia, estabelecendo uma interação com o saber já sistematizado. Orienta a busca conjunta de novos modos de organização e realização do trabalho com práticas criativas que se constituem mediações para a formação de um *ethos* solidário, terno e democrático (Adams, 2010), um novo paradigma do cuidado integral, abrangendo todas as dimensões da vida (Boff, 2012).

Finalmente, vale dizer que uma educação que se restringe a criar um clima de solidariedade no interior de um empreendimento é insuficiente porque a simples presença da solidariedade em práticas sociais não garante um processo de emancipação social na perspectiva da descolonialidade. A dinâmica emancipadora exige que os trabalhadores e trabalhadoras rompam com uma cultura de dependência, com os elementos de subordinação incorporados em seus corpos e mentes no decorrer da vida em que os sujeitos se acostumaram a reproduzir relações de dominação, recebendo ordens.

O processo educativo exige um longo caminho para a autonomia a fim de superar o padrão da matriz colonial entranhada desde os processos educativos ocorridos na família, na escola e nas relações sociais, no trabalho e na vida cotidiana. Ao articular a vida dos empreendimentos solidários com os movimentos e organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, pode sacudir a carga alienante que pesa sobre sua cultura, irmanando-se com os iguais, para trilharem caminhos da transformação social. Trata-se de continuar alimentando a utopia a ser concretizada a médio e longo prazos por meio de um processo dialético de (re)construção da emancipação, desde a perspectiva da (des)colonialidade.

Agradecimento

Agradeço o apoio do CNPq.

Referências

- ADAMS, T. 2010. *Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado*. Aparecida, SP, Ideias & Letras, 199 p.
- ANTUNES, R. 2009. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: R. ANTUNES, R. BRAGA (orgs.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, p. 231-238.
- ARGUMEDO, A. 2004. *Los silencios y las voces en América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires, Colihue, 334 p.
- ARRUDA, M. 2003. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, prático e economia solidária*. Petrópolis, RJ, Vozes, 263 p.
- BOFF, L. 2012. *O cuidado necessário*. Petrópolis, Vozes, 296 p.
- CÉSAIRE, A. 2010. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte, Nandyala, 119 p.
- DUSSEL, E. 2005. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: E. LANDER (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p. 55-70.
- FALS BORDA, O. 1972. *Las revoluciones inconclusas en América Latina (1809-1968)*. 3ª ed., México, Siglo Veintiuno, 82 p.
- FALS BORDA, O. 1976. *El reformismo por dentro en América Latina*. México, Siglo Veintiuno, 215 p.
- FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L.E. 2004. A superação do eurocentrismo: enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: B. de S. SANTOS (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, p. 711-720.
- FANON, F. 1979. *Os condenados da terra*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 275 p.
- FREIRE, P. 1978. *Pedagogia do oprimido*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 218 p.
- FREIRE, P. 2000. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo, UNESP, 134 p.
- KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. 2012. *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*, Porto Alegre, Tomo Editorial, 152 p.
- LANDER, E. 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Tradução Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 278 p.
- MIGNOLO, W.D. 2004. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: B. de S. SANTOS (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez. p. 667-709.
- MIGNOLO, W.D. 2010. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo, 126 p.

- NASCIMENTO, C. 2011. Experimentação/autogestão/autogestória: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: E.L. BATISTA, H. NOVAES (orgs.), *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru, Canal 6 Editora, p. 107-132.
- NOVAES, H.T. 2011. A autogestão como magnífica escola: notas sobre educação no trabalho associado. In: E.L. BATISTA, H. NOVAES (orgs.), *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru, Canal 6 Editora, p. 133-178.
- PUIGGRÓS, A. 2010. *De Simón Rodríguez a Paulo Freire: educación para la integración iberoamericana*. Buenos Aires, Alternativa Pedagógica, 131 p.
- QUIJANO, A. 2002. Sistemas alternativos de produção? Tradução de Manuel del Pino. In: B.de S. SANTOS (Org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 475-414.
- QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. LANDER (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p. 227-278.
- SANTOS, B.S. 2004. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: B.S. SANTOS (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, p. 777-819.
- SANTOS, M. 2008. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo, Editora da USP, 170 p.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- STRECK, D.R. 2010. *Fontes da pedagogia latino-americana: uma ontologia*. Belo Horizonte, Autêntica, 459 p.
- TAVARES, M.A. 2004. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Cortez, 216 p.
- TIRIBA, L. 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí, Editora Unijuí, 400 p.

Submetido: 06/10/2013
Aceito: 14/10/2013